



Ata de Audiência Pública

1º Quadrimestre de 2020

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte e oito dias do mês de maio de 2020, com início às 10:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à presente reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS do Primeiro Quadrimestre de 2020** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.



ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	27.148.600,00	8.207.193,54	30,23
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.368.000,00	447.133,43	32,69
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	140.000,00	40.761,73	29,12
RECEITA PATRIMONIAL	112.500,00	20.578,46	18,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.239.500,00	8.925.168,12	30,52
(CONTAS REDUTORAS)	-3.887.400,00	-1.230.836,39	31,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	176.000,00	4.388,19	2,49
RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	380.000,00	361,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	105.000,00	380.000,00	361,90
TOTAL DA RECEITA	27.253.600,00	8.587.193,54	31,51

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	26.431.598,06	7.275.411,17	27,53
PESSOAL E ENCARGOS	15.860.112,06	4.976.190,83	31,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.570.486,00	2.299.220,34	21,75
DESPESAS DE CAPITAL	1.666.600,00	269.191,80	16,15
INVESTIMENTOS	1.166.600,00	4.770,90	0,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	264.420,90	52,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	316.100,00	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	28.414.298,06	7.544.602,97	26,55
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B) - SUPERÁVIT		1.042.590,57	12,14%

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima apresentou **superávit da ordem de R\$ 1.042.590,57 (12,14%)**, atendendo ao estabelecido nas Leis Orçamentárias – PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).



RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	27.148.600,00	8.207.193,54	30,23
RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00	380.000,00	361,90
SUBTOTAL	27.253.600,00	8.587.193,54	31,51
DEDUÇÕES			
(-) RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	62.500,00	4.216,92	6,75
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	27.191.100,00	8.582.976,62	31,57
DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	26.431.598,06	7.275.411,17	27,53
DEDUÇÕES			
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	-
SUBTOTAL	26.430.598,06	7.275.411,17	27,53
DESPESAS DE CAPITAL	1.666.600,00	269.191,80	16,15
DEDUÇÕES			
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	264.420,90	52,88
SUBTOTAL	1.166.600,00	4.770,90	0,41
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	27.597.198,06	7.280.182,07	26,38
RESULTADO PRIMÁRIO		1.302.794,55	15,18

O SUPERÁVIT PRIMÁRIO de R\$ 1.302.794,55 (15,18%), demonstra que durante o período, foram cumpridas as metas de Resultado Primário previstas nos instrumentos orçamentários do município (Meta Fixada na LDO 2020 = R\$ 675.800,00).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	5.629.572,59	5.318.452,54
ATIVO DISPONÍVEL E HAVERES FINANCEIROS	2.705.381,88	2.636.204,70
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.724.448,90	218.838,79
II - DEDUÇÕES (*)	980.932,98	2.417.365,91
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (I - II)	4.648.639,61	2.901.086,63
RESULTADO NOMINAL (B-A)		-1.747.552,98

Pelo resultado acima, apurou-se no período redução do saldo de estoque de dívidas consolidadas do Município, dentro dos limites constitucionais estabelecidos para o Resultado Nominal no período. (Meta Fixada na LDO 2020 = R\$ 856.310,00)

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		1º QUADRIMESTRE	
	R\$	%	R\$	%
	27.367.199,75		26.610.794,80	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	R\$	%	R\$	%
	13.916.056,19	50,85	14.341.062,03	53,89
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)			13.651.337,73	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	14.778.287,87	54,00	14.369.829,19	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	239.007,75	0,87	240.836,06	0,91
LIMITE LEGAL (§1º.ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	3.111.081,44	12,00	3.193.295,38	12,00

Embora tenha atingido o percentual de 53,89% no período, o município encontra-se dentro do limite para gastos com pessoal estabelecido pelo art. 20 da LC 101/2000.

Tal situação se relaciona ao aumento nas despesas com pessoal mais a queda acentuada da arrecadação no mesmo período.



DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		1º QUADRIMESTRE	
	27.367.199,75		26.610.794,80	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	5.629.572,59	20,57	5.318.452,54	19,99
LIMITE LEGAL (ARTs 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	32.840.639,70	120,00	31.932.953,76	120,00

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado com Recursos Próprios na Saúde	987.962,10	1.173.127,63
Percentual Aplicado em Saúde (%)	15%	17,81%

EDUCAÇÃO

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF) – Despesa Empenhada	1.646.603,51	1.989.511,37
Percentual Aplicado no Ensino (%)	25%	30,21%

FUNDEB

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Magistério	719.336,83	890.853,94
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	60%	74,31%

PUBLICAÇÕES

- Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º Quadrimestre/2020.
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 2º Bimestre/2020.
- Relatórios publicados no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 13.367, págs. 6B, 7B, 8B e 9B de 22/05/2020.
- Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 26/05/2020.
- Edital de audiência publicado no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 13.365, pág. 2B de 20/05/2020.

RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- O Município está com as finanças em equilíbrio.
- Embora tenha atingido o percentual de 53,89% no período, o Município cumpriu os limites para gastos com pessoal.
- Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo.
- Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º Quadrimestre/2020.
- Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 2º Bimestre/2020.
- O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação (inclusive Fundeb).

Não houve durante o período de realização do ato público, quaisquer ocorrências ou eventuais solicitações nos canais abertos para os interessados em participar da audiência em destaque através do “Fale Conosco” ou pelo “e-Sic” dos poderes Executivo e Legislativo Municipal. Para atendimento às normas de segurança indispensáveis ao combate da pandemia do Covid-19, foi encerrada a presente audiência com apenas a presença dos técnicos da Prefeitura Municipal, além dos representantes da Câmara Municipal, mantendo-se o distanciamento mínimo necessário à prevenção do Covid-19, como também os cuidados de higienização dos presentes. Natividade da Serra, 28 de maio de 2020.